



AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO EM DEBATE

**Entrevista realizada pela Prof^a Dr^a Valéria Ferreira Santos de Almada Lima¹ com a Prof^a
Dr^a Maria Mary Ferreira²**

Valéria Almada Lima – Segundo dados da PNAD contínua, referentes ao 3º trimestre de 2018, no Brasil, embora as mulheres representem a maioria da população em idade de trabalhar, ostentam uma taxa de ocupação de 43,67%, bem inferior, portanto, à registrada para os homens, correspondente a 56,33%. Como a senhora avalia estes dados em que pese a tendência de crescente participação feminina no mercado de trabalho?

Maria Mary Ferreira – Existem um conjunto de fatores que explicam as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. O primeiro, que não podemos deixar de considerar é o fato de que a sociedade, em que pese as lutas feministas, ainda considera a mulher um ser inferior, subordinado/dependente do homem (marido, pai, filho mais velho), por esta razão, não lhe é concedido o atestado de competência trabalhadora/profissional, ou seja, ainda não é reconhecida com qualidades potenciais para assumir cargos de direção/gerente/comando, fato que limita seus campos de atuação. O segundo fator é a divisão sexual do trabalho que reforça as desigualdades de gênero que, para Helena Hirata, vão muito além das desigualdades que incidem sobre todas nós mulheres, mas atingem de forma mais direta as mulheres negras e pobres. Essa divisão sexual do trabalho fortalece a diferenciação entre trabalho feminino e masculino, hierarquiza as atividades como sendo de mulher e de homem, criando um sistema de gênero que segrega as mulheres em determinadas profissões, invisibilizando sua presença e desvalorizando e limitando seus campos de atuação. O terceiro fator que destaco é a sobrecarga de responsabilidades (cuidados com os filhos e demais familiares). Essa sobrecarga muitas vezes lhe interdita o direito de buscar satisfação profissional e autonomia financeira. Aliado a esses fatos temos o problema da falta de creches e a precariedade das escolas públicas que não estão preparadas para atender os filhos das trabalhadoras

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; Professora Associada Nível III do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão; Pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAEPP; Pesquisadora Nível II do CNPq

² Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista; Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão; Membro da Coordenação Estadual do Fórum Maranhense de Mulheres; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos - GERAMUS



pobres e negras. A falta de creche dificulta a entrada das mulheres no mercado de trabalho, principalmente as negras e pobres, que por não terem um local adequado para deixar os filhos, sacrificam o trabalho fora de casa. Desse modo, é importante que haja maior mobilização social em defesa do Art. 208 da Constituição Federal, que garante a todas as crianças brasileiras o direito a creche.

Valéria Almada Lima – A mesma fonte de dados indica que o rendimento médio real das mulheres no Brasil (R\$ 1.912,00) ainda representa 78% do auferido pelos homens (R\$2.458,00), apesar de as mulheres superarem estatisticamente os homens na população com mais de 10 anos de estudo. A que a senhora atribui tamanha desvantagem?

Maria Mary Ferreira – A desigualdade salarial tem sido um dos maiores desafios na luta das mulheres brasileiras. Embora o princípio da isonomia previsto no artigo 5º da Constituição Federal seja claro no que se refere ao fato de que nenhum trabalhador e ou trabalhadora devem perceber salários inferiores no exercício da mesma função. As pesquisas mostram que existem vários artifícios para burlar a lei, principalmente em profissões rotuladas de “masculinas”, como as engenharias por exemplo. Visto como “reduto masculino” as engenheiras, assim como as matemáticas, químicas e físicas têm dificuldade para se manter nestas profissões, dado aos assédios, preconceitos e discriminações inclusive salariais. Por outro lado, observa-se que as chamadas “profissões femininas”, a exemplo das bibliotecárias, pedagogas, nutricionais, assistentes sociais, entre outras, se constituem em profissões pouco valorizadas, dado os salários irrisórios que, em geral, percebem, dada a invisibilidade social e inserção política. Observamos ainda que aparentemente está convencionado que cabe as mulheres os trabalhos mais subalternos, “aqueles que os homens não querem” ou trabalhos que são mais afeitos ao universo feminino que neste contexto se confunde com o mundo da casa, o mundo do privado: lavar, cozinhar, cuidar, arrumar. Observamos ainda a entrada acentuada de homens nas chamadas “profissões femininas”: o número de homens bibliotecários e pedagogos hoje é bem acentuado, mas, em contrapartida, não se percebe o aumento acentuado de mulheres nas engenharias, matemáticas, ciência da computação.

Valéria Almada Lima – Ainda segundo a PNAD contínua, 18,3% das mulheres brasileiras são trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, contra apenas 1% dos homens enquadrados nessa posição na ocupação. Se somadas a outras formas de trabalho precário, são 73,80% de mulheres em



geral desprovidas de direitos trabalhistas e previdenciários. Isso significa que face à atual tendência de feminização do mercado de trabalho, as formas precárias de ocupação têm sido o destino predominante para a população feminina?

Maria Mary Ferreira – Para entender melhor este problema é importante considerar duas categorias importantes: Divisão Sexual do Trabalho e Gênero. A primeira, como já mencionado, nos permite compreender que esta divisão é decorrente das relações sociais entre os sexos que historicamente considerou os homens como sujeitos e como tal, afeitos a esfera produtiva, enquanto as mulheres ficaram subordinadas às esferas reprodutivas. Desse modo, aos homens cabe as funções mais importantes e de maior valor social: funções políticas, religiosas, militares, comerciais, industriais. Às mulheres cabem as funções de procriar, cuidar, cozinhar, cozer, funções que não lhe exigem grandes exercícios de pensar, pois apenas reproduzem o cotidiano do privado. Essa divisão, portanto, vai ao longo da história se consubstanciando como lugares de homens e lugares de mulheres, fato que explica a segregação das mulheres ao mundo do privado e conseqüentemente ao mundo das profissões subalternas e das “profissões femininas”. O conceito de gênero, por ser relacional, nos permite compreender que a sociedade criou mecanismos de valorização do masculino em detrimento do feminino e que o ser mulher e ser homem é uma construção social que precisa ser compreendida em diferentes dimensões: social, política, religiosa, entre outras. Sem estabelecer relações e entender porque determinadas situações acontecem é difícil entender que a subalternidade das mulheres foi construída para fortalecer os homens e seus espaços de determinação. Neste contexto o debate sobre público e privado é fundamental para entender que ao homem cabe o lugar do público que é também o lugar da decisão, do discurso público, da eloquência. O lugar do privado, como diz Arendt, é o lugar da privação, da obediência, do silêncio, ou seja, o lugar das mulheres.

Neste debate não podemos desconsiderar os fatos que emergiram no Brasil que culminaram com a precarização do trabalho, que atinge de forma mais direta as mulheres, os negros, os pobres. Observa-se que a subalternização das mulheres incide em trabalhos cada vez mais precários, sob o aval do Estado que não respeita suas leis. Vale ainda mencionar o momento político que o Brasil vivencia, após a eleição de Bolsonaro, que aponta para tempos ainda mais sombrios no que se refere a direitos trabalhistas e valorização do trabalho doméstico. A proposta do governo tende a infringir direitos conquistados fato que precariza mais ainda o trabalho doméstico, aviltando mais ainda o trabalho das mulheres.